

Ciências humanas: Para quem?



Por RAFAEL LOPES BATISTA & WEINY CÉSAR FREITAS PINTO*

Reflexões sobre uma crítica (neo)liberal à universidade hoje

Na edição de 22 de junho de 2020, o jornal *Gazeta do Povo* publicou o artigo *Por que as ciências humanas perderam prestígio na sociedade liberal e como recuperá-lo^[ii]*, de Jean Marcel Carvalho França. A argumentação que o autor produz para defender sua tese central – a existência de uma crise entre as ciências humanas e a sociedade liberal –, nos parece bastante frágil, do ponto de vista lógico, e extremamente parcial, do ponto de vista ideológico, razões pelas quais gostaríamos de oferecer aqui uma crítica às posições de França^[iii].

Em primeiro lugar faremos uma exposição sintética das principais ideias a partir das quais o autor constrói suas considerações, comentando algumas delas e traçando assim a estrutura argumentativa do seu texto. Em seguida problematizaremos os pressupostos do autor, e, por último, por meio de um debate direto, procuraremos contestar cada uma das razões que, segundo França, seriam as causas da falência das humanidades: 1) o fracasso na entrega de seus “produtos”; 2) o “ressentimento” dos intelectuais; 3) a ampla “oferta” acadêmica de ideias iliberais – pseudoteorias, “conspirações”.

Apresentação geral

De acordo com França, há duas máximas muito evidentes nos dias atuais, a saber: a de que existe uma crise de legitimidade na relação das Universidades com as sociedades liberais e a de que especialmente as ciências humanas têm perdido relevância diante destas mesmas sociedades. O autor faz um breve relato histórico das origens do vínculo entre sociedade liberal e Universidade moderna, compara, em alguma medida, a posição desta com a da Universidade medieval, nos levando a pensar que mesmo nas Universidades da Idade Média seria possível detectar a presença de “traços” que, residualmente, comprovariam a frutífera relação delas com a sociedade liberal, apesar de não apontar quais seriam precisamente estes traços remanescentes. Para o autor, a estreita ligação entre os dois âmbitos – Universidade e sociedade liberal – foi vantajosa para ambos, principalmente entre os séculos XIX e XX, quando de um lado, a Academia ganhou em termos de autonomia e liberdade de pesquisa, enquanto de outro, a sociedade (sempre a liberal!) gozou das inovações e avanços científicos e/ou culturais.

Depois disso, França basicamente passa a expor os motivos que, na sua opinião, levaram à crise entre as humanidades e a sociedade, motivos estes que estariam relacionados à condição moderna da Universidade como instituição, segundo sua análise, um ambiente que passou a ser massificado, que adotou cada vez mais o regime de especialização e compartmentalização do saber e que se deixou ser regido por uma excessiva burocracia. Essa caracterização da Universidade moderna constitui em larga medida a base da argumentação de França; e, no entanto, ele parece ignorar completamente o caráter altamente controverso que ela comporta, já que essas características são fontes de inúmeras críticas e divergências, pois não há o mínimo sinal de consenso, e menos ainda de qualquer evidência, em admitir, por exemplo, que a questão da massificação seja algo que prejudique a qualidade da pesquisa científica e a relação entre a Universidade e a sociedade.

Com efeito, para justificar o mal-estar entre Universidade e sociedade, França alicerça seu argumento em três eixos principais: 1) a falência das ciências humanas em cumprir sua função social, ou, utilizando o vocabulário do próprio autor, o fracasso destas ciências na entrega de seus “produtos” à sociedade; 2) a existência de uma espécie de recalque por parte

dos intelectuais que compõem as chamadas humanidades, ou seja, esses profissionais seriam, em sua maioria, tomados por um certo “ressentimento” frente ao sistema capitalista; 3) a presença, ou melhor, a alta oferta, dentro do ambiente universitário, de ideologias “conspiratórias”, que seriam críticas ao mundo liberal/capitalista e facilmente absorvidas pelo público acadêmico, isto é, os intelectuais das ciências humanas não fariam outra coisa senão “doutrinar” os estudantes com “visões de mundo” que não passam de meras “conspirações”. Nominalmente, França cita duas “conspirações” dominantes: uma, de viés marxista, e a outra, de viés nietzschiano.

Finalmente, se o título do artigo enuncia ou, pelo menos, dá a entender que oferecerá soluções para restituir o prestígio das humanidades, infelizmente o leitor fica decepcionado ao constatar que o “como recuperá-lo” (parte do título) não é mais que meio parágrafo de ideias genéricas e enigmáticas. Ao mencionar, na conclusão do texto, um “mundo novo que emerge”, e ao ressaltar a necessidade de que as humanidades renovem seu “portfólio de ideias e serviços”, a impressão que fica é a de que o autor defende um total alinhamento ideológico da Universidade, não com um “mundo novo”, mas com o velho mundo (neo)liberal. Ora, o que exatamente significa “renovar portfólio de ideias”? Difícil responder rigorosamente, mas, pelo teor geral do texto de França, isso representaria a “solução” para a questão do desprestígio social das ciências humanas, a qual passaria, imperiosamente, pela abolição da crítica ao sistema vigente, o capitalismo. Em termos práticos, a proposta de França transparece um apelo para que os intelectuais admitam que o sistema liberal-capitalista é a melhor alternativa possível de organização socioeconômica, e então direcionem seus esforços teóricos e práticos a pesquisas que corroboram esse ideal.

O problema dos pressupostos

França trabalha ao longo de toda a sua argumentação com frágeis pressupostos, os quais carecem de maior verificação quanto a sua adequação à realidade. Por exemplo: a própria afirmação de que há uma crise entre Universidade e sociedades liberais e que disso decorre o descrédito das ciências humanas é um raciocínio excessivamente vago, prescindindo assim de fundamentação mais objetiva. Setores políticos ou camadas específicas da população não podem corresponder à sociedade em geral. Seria necessário identificar quantitativa e qualitativamente quais agrupamentos sociais sentem-se insatisfeitos com a instituição universitária. Falar em “sociedades liberais” é exageradamente genérico, seria preciso aqui “dar nomes aos bois”. Frente a quem exatamente as ciências humanas perderam prestígio? Aos conglomerados empresariais e de comunicação de massa? Aos políticos conservadores e reacionários? Às elites econômicas? Frente aos trabalhadores assalariados? Aos líderes populares? Se pretende-se solucionar a suposta crise das humanidades, antes de mais nada é preciso esclarecer quais são os agentes envolvidos, seus interesses, suas prioridades.

Não obstante, é inegável que sob o espírito do nosso tempo paira sobre as ciências humanas certa sensação de obsolescência, porém, analisar esse problema seriamente exige pensarmos um maior número de fatores complexos, como: o avanço da tecnologia em todas esferas da vida humana, a sacralização do lucro e o culto ao empreendedorismo, a excessiva secularização do conhecimento etc.

Outra questão bastante discutível é a insistência do autor na rígida separação entre Universidade e sociedade liberal. Tal separação é frágil e artificial, pois não parece ser razoável acreditar que as instituições acadêmicas tenham uma vida autônoma, independente, sem correlações objetivas com a sociedade na qual elas se inserem. A maneira como o argumento de França comprehende a relação entre Universidade e sociedade liberal é demasiadamente simplista, pois consiste na mera oposição de esferas sociais (Universidade x sociedade), como se os dois âmbitos fossem guiados por interesses soberanos e autossuficientes. Assim como as Universidades medievais, mencionadas por nosso autor, eram resultado de um tempo histórico específico, marcado por ideologias, crenças e um arranjo de mundo concreto, a Universidade atual também é resultado, é aparelho de produção e reprodução do seu contexto histórico, político, social e econômico; em suma, a Universidade hoje também é determinada e determinante de seu contexto, ela é reflexo da sociedade, não sendo possível simplesmente dissociarmos uma coisa da outra. Ao separar de modo tão estático a Academia e a sociedade, o autor deixa de considerar a mútua influência e interconexões entre as duas partes. Portanto, trata-se de uma dissociaibilidade falsa, errônea. Ademais, a pluralidade de ideias e críticas que circulam no ambiente universitário é algo natural e legítimo, uma vez que tal instituição encontra-se justamente inserida num sistema liberal, e, por consequência, repreender ou querer abolir essa pluralidade, como parece sugerir França, seria contraditório, incoerente com os próprios princípios básicos do liberalismo.

Há ainda outro frágil pressuposto que atravessa todo o texto de França: a crença moralizante de que a organização liberal-capitalista da sociedade é a melhor e/ou única possível. O autor deixa subentendido que tal visão de mundo é incontestavelmente superior a quaisquer outras, devendo ser ela universalmente válida. Porém, no sentido de colocar à prova a superioridade moral do liberalismo, poderíamos, a título de mera ilustração, recordar a seus apologistas a complacência dos liberais-capitalistas para com os regimes escravistas e colonialistas (não custa lembrar: Inglaterra e Holanda, até meados do século XX, colonizavam países da África e da Ásia!)ⁱⁱⁱ. A liberdade e a supremacia do indivíduo sobre o Estado são princípios liberais que ao longo da história valeram apenas para pequenas parcelas da sociedade. Populações nativas, pretos, pobres, mulheres e outras minorias não eram considerados cidadãos, e em alguns casos, nem mesmo, pessoas. Podemos citar também o apoio aberto dos liberais, inclusive do seu núcleo intelectual, às ditaduras da América Latina no século passado (o caso mais eloquente talvez seja o da famosa “Escola de Chicago”, que, notável por formar teóricos liberais, apoiou abertamente o regime de Pinochet, no Chile). Em outras palavras, quando França fala em “princípios de civilidade”, isso pode até soar com ares de dissimulação e certa perversidade. Milhões de pessoas, nações inteiras sangraram e foram subjugadas, povos massacrados e condenados a trabalhar até a morte, dizimação de etnias indígenas, tudo em nome do progresso e da expansão econômica. O que há de “civilizado” nessa história do liberalismo, que tanto mereceria ser reverenciado pela Academia?

Contestação

Ciências humanas e a lógica da mercantilização

Lendo atentamente é possível observar que França busca explicar o desprestígio social das humanidades, sempre pautando suas análises em critérios mercadológicos, chegando inclusive a equiparar sistemas filosóficos a mercadorias! Apesar desta equiparação se fazer mais notável no terceiro elemento justificador da crise entre ciências humanas e sociedades liberais (as teorias marxista e nietzschiana como as duas grandes conspirações que dominam a Universidade), ela está presente em todo seu texto, pois ao dizer que as humanidades fracassaram na entrega de seus produtos e serviços (primeiro elemento justificador), e mesmo quando afirma que os intelectuais são ressentidos com o sistema liberal-capitalista (segundo elemento justificador), França acaba por reduzir todo o problema a categorias economicistas. Este é um fato bastante relevante, na medida em que escancara a parcialidade e o envolvimento ideológico do autor para com o sistema neoliberal.

Segundo França, as humanidades falharam no seu compromisso social ao não entregar o que delas era esperado, de acordo com suas próprias palavras, basicamente dois “produtos”: 1) “sabedoria para a condução da própria vida”, e 2) “princípios de civilidade que tornem a convivência humana em sociedade menos conflituosa e mais coesa”. Apesar de considerarmos esta visão do autor um tanto romantizada e acrítica, não é nosso objetivo aqui discutir a questão da pertinência ou não de se esperar tais resultados. Chama mais a nossa atenção o enorme esforço do autor em enquadrar esses resultados sob uma ótica que quer apenas corroborar o caráter supostamente intransponível das relações mercantis da sociedade liberal, para quem, só tem valor o que é “produto”.

Nas sociedades de mercado prevalece a noção de que o conhecimento deve ser instrumentalizado, deve ter uma aplicação prática. O saber contemplativo, abstrato, não tem espaço, não tem valor em si. Que o pesquisador, seja ele das humanidades ou não, deva submeter seus estudos à pressão dos interesses externos (principalmente os econômico-mercadológicos) já é uma premissa artificial, para não dizermos, fortemente ideológica. Equiparar o conhecimento a “produto”, simples “mercadoria”, é o grave sintoma de um sistema que subjuga tudo ao interesse do poder econômico e mercadológico. Ademais, mesmo admitindo a premissa da utilidade prática, é comprovadamente falsa a colocação de que as ciências humanas estão fracassando no seu compromisso social, vide os surpreendentes resultados recém publicados no relatório CHSSALA^{iv}.

Se o senso comum não percebe a importância, as contribuições e os efeitos decisivos das ciências humanas para o desenvolvimento do país, isso não é um problema do valor das humanidades, é um problema de outra natureza, uma questão cultural, de percepção da opinião pública, e para resolvê-lo, ou ao menos minimizá-lo, precisamos justamente pensar em outros modelos de projeto civilizacional. Efetivamente, isso passaria, no mínimo, pela universalização do acesso

aos níveis mais básicos e altos da educação, pela garantia das condições materiais de vida, condições elementares para toda população, pelo engajamento das pessoas no debate político e no envolvimento com a coisa pública, pela oportunização do tempo livre, para que as pessoas desfrutem das produções culturais, artísticas e intelectuais etc.; enfim, ao que parece, só uma transformação dessa natureza será suficiente para que finalmente a sociedade como um todo perceba a imprescindibilidade das ciências humanas. Trata-se mesmo de fazer um “novo mundo emergir”.

Seriam os intelectuais meros críticos ressentidos?

Passemos agora à tese sobre o suposto ressentimento dos intelectuais das ciências humanas. Amparado numa hipótese de Robert Nozick, Jean França sustenta que a explicação para a mágoa dos intelectuais, direcionada ao capitalismo, encontra sua origem nas relações entre estudante/escola, ou estudantes/professores, sendo que no ambiente escolar alguns discentes se destacariam nas atividades que envolvem a linguagem e a produção de ideias, e por isso teriam seu reconhecimento garantido naquele ambiente. Segundo ainda tal hipótese, quando chegado o momento de integração à “sociedade de mercado” (diferente da “sociedade escolar”), o estudante acima descrito deixaria de ter o mesmo nível de reconhecimento e atenção que tinha na escola, o que lhe causaria um sentimento negativo frente à esta sociedade da competição. Resumidamente, esse é o cerne da interpretação de França para a questão do “ressentimento” dos intelectuais da área de humanas. Se é pra levar a sério a hipótese de Nozick replicada por França, poderíamos nos perguntar: quais países estavam no horizonte de Nozick ao elaborar esse raciocínio? Será que ele considerou o sistema educacional e as características brasileiras? Ou seja, levando em conta as nossas especificidades, seria possível aplicar tal raciocínio ao nosso contexto? Perguntas essenciais, porém sem o menor esclarecimento por parte de nosso autor. Nesse sentido, o argumento não pode se sustentar, porque simplesmente ignora uma série de fatores e percalços de todo tipo (subjetivos, familiares, socioeconômicos, políticos etc.), os quais influenciam e determinam concretamente as escolhas e as limitações individuais. Tais fatores e percalços se fazem presentes na vida de todo e qualquer indivíduo, especialmente no Brasil, um país com tantas adversidades para quem pretende se dedicar à carreira acadêmica; portanto, é um grave erro desconsiderá-los.

Mas, ainda assim, relevemos tudo isso e, hipoteticamente, adotemos de antemão que a maior parte do mundo acadêmico ligado às áreas de ciências humanas seja antiliberal ou anticapitalista. Isso seria explicado meramente pelos aspectos subjetivos e sentimentais? Esta não seria uma explicação exageradamente reducionista, psicologista? Ora, não existiriam condições objetivas que, em certo grau, contribuiriam para o sentimento de aversão ao sistema vigente? Vejamos.

Se existe uma espécie de “mágoa” em relação ao capitalismo, seguramente é porque também existe uma base objetiva para isso, e qual base é esta? As próprias contradições de uma sociedade de mercado. Em linhas gerais, principalmente em algumas subáreas mais específicas, os estudiosos das ciências humanas defrontam-se diretamente com o modo de funcionamento das sociedades, analisam, esmiúcam mecanismos de organização social, política e econômica, sabem da diversidade e complexidade das organizações culturais, seus valores e princípios, compreendem a influência do passado sobre o presente e sobre o futuro, enxergam a dinamicidade do movimento histórico; enfim, o filósofo, o antropólogo, o sociólogo, o historiador, outros, estão muito mais aptos a compreenderem cientificamente a sociedade que os profissionais das outras grandes áreas. Em certa medida, isso é naturalmente comprehensível e tem como consequência óbvia o fato de que pesquisadores das humanidades tenham maior contato com as inconsistências e dramas da sociedade em que estão inseridos, e sendo esta liberal, é lógico que seja o liberalismo a sofrer críticas.

A título de exemplo, tomemos a análise de um problema específico. O historiador Luiz Marques, professor da UNICAMP, em seu livro *Capitalismo e colapso ambiental* (2015)^[v], defende a incompatibilidade em conciliar a manutenção e funcionamento do sistema industrial mercadológico com a sobrevivência ecológica do planeta, que em última instância significa a sobrevivência humana. Uma análise desse tipo de problema é essencial em nossos tempos e foi produzida por alguém com uma formação muito sólida na área de humanidades. Seria então legítimo, em razão da crítica produzida, acusá-lo de “ressentido” ou “invejoso”? Isso soa ridículo! Supor que alguém dedique quatro, cinco anos de trabalho de pesquisa, publique um livro consistente, repleto de dados e análises rigorosas, com principal objetivo de ter reconhecimento e prestígio socioeconômico, é intelectualmente empobrecedor. O caso do nosso exemplo, longe de caracterizar ressentimento ou inveja, reflete muito mais a urgente percepção de que já são evidentes os sinais de esgotamento do planeta. A doutrina capitalista defende o aumento da produção e das riquezas, assim como o desfrute

infinito de bens materiais, aliás, pregam-no como se fosse algo realmente concretizável a todos, mas, imaginemos se toda a população mundial consumisse nos mesmos níveis que os EUA, por exemplo, o representante máximo do liberalismo global, ora, isso seria catastrófico. Os princípios mais elementares do capitalismo não se coadunam com o equilíbrio ambiental, é impossível sustentá-los a longo prazo. Eis aí uma contradição objetiva básica do sistema liberal-capitalista. Em suma, a compreensão da lógica do capital possibilita o escancaramento de suas intrínsecas desigualdades. Não há meio termo: para uma região do planeta se dar ao luxo de esbanjar, outras têm de sofrer privações das mais essenciais. E, ainda assim, defensores mais ferrenhos do capitalismo relutam em admitir que a Terra tem um limite físico e que este pode não estar tão longe.

Pois bem, ainda que admitamos como pressuposto o “ressentimento” dos intelectuais, diante do exposto, não seria mesmo legítimo desenvolver algum tipo de aversão ou mágoa ao capitalismo? Nossa colocação sobre as contradições objetivas do sistema capitalista, resumidamente aqui apresentadas, ao menos demonstram maior fecundidade do que as razões apresentadas por França em seu texto, tendo estas o caráter excessivamente psicologista, sem lastro com a dinâmica concreta da realidade. Na verdade, ao contrário da tese de França, é mais plausível afirmar que é o capitalismo que tem um forte ressentimento, certa antipatia, aos intelectuais e às humanidades em geral, pois estes são, em grande parte, os responsáveis pela elaboração das mais contundentes críticas a ele. Quando a irracionalidade e as contradições da sociedade de mercado são denunciadas, obviamente seus apologistas mais radicais se opõem e criam certa aversão moralizante aos seus críticos.

A conspiração marxista-nietzsiana

Outra justificativa que explicaria a destruição da boa relação das ciências humanas com a sociedade liberal seria, segundo França, a propagação das teorias marxista e nietzsiana no interior da Universidade. O autor parece sugerir que tais perspectivas teóricas não passam de pseudoteorias, isto é, não têm qualquer fundamento crítico, científico, e seriam facilmente absorvidas pelo público em geral, por adotarem o princípio da conspiração.

Quer dizer, para França, as ideias de inspiração marxista e nietzsiana não representam nada além de uma dupla conspiração, as ideias marxistas, forjadas para convencer erroneamente as pessoas de que suas vidas são dominadas por quem detém mais poder econômico e político; as ideias nietzscheanas, formuladas para tumultuar a vida ordinária do sujeitos, fazendo-os pensar equivocadamente que no universo de suas microrrelações, universo dos pequenos poderes, sempre há uma pessoa ou grupo que domina, exerce influência sobre outra.

Ou seja, segundo nosso autor, pessoas que detém maior poder econômico e político não exercem domínio sobre a vida de pessoas com menor poder, isso é uma “conspiração” marxista. Do mesmo modo, segundo França, a dimensão micro de nossas relações, nosso dia-a-dia ordinário, é plenamente harmonioso e justo, razão pela qual supor que haja relações de poder aí é “conspirar” nietzscheanamente contra a paz natural de nossa rotina. Ora, ora, agora sim estamos convencidos: Marx e Nietzsche são mesmo dois meros conspiradores e nada além disso!

Para fechar com chave de ouro sua tese das teorias conspiratórias, França argumenta que a disseminação de tais ideias se deve justamente ao fato de elas serem conspirações, pois o senso comum seria propenso a incorporar esse tipo de teoria. A esta altura, diremos apenas que uma concepção de “senso comum” mais “senso comum” que esta não nos seria possível imaginar.

Também é preciso lembrar a França que tanto Marx quanto Nietzsche são pensadores do Ocidente liberal-capitalista, e não só isso, suas especulações e teorias se correlacionam e, de um modo ou outro, são influenciadas pela tradição liberal. Consiste em erro grave querer homogeneizar a história do pensamento ocidental, como o faz nosso autor. A maneira como a noção de sociedade é abordada por ele sugere que o desenvolvimento de todo o pensamento moderno e contemporâneo se constituiu exclusivamente por meio de um único gênero de ideias, o do liberalismo, quando, na verdade, outras correntes filosóficas se destacaram tanto teoricamente, como na esfera prática. O Positivismo, o Romantismo, o Socialismo, o Existencialismo, assim como outros, são todos, originalmente, movimentos filosófico-culturais ocidentais que se desenvolveram em Estados liberais-capitalistas e que ressoaram e ressoam na cultura liberal, afetando-a em graus e medidas diferentes, mas nunca deixando de causar algum tipo de impacto. O que queremos afirmar com isso é que o liberalismo, assim como qualquer outra perspectiva filosófico-cultural, não é homogêneo, livre de interferências ou

influências externas.

Especialmente em relação à Karl Marx, cabe destacar ainda que, em 2019, a Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF) fez um levantamento no qual foi constatada uma baixíssima quantidade de pesquisa sobre Marx nas Universidades brasileiras, contrariando assim a crença paranoica de que há um “marxismo cultural” tramando, de dentro da Academia, tomar o poder em todos os âmbitos sociais. Dos 47 programas de pós-graduação em Filosofia que então faziam parte da ANPOF, 46 foram analisados, e destes, haviam 34 que nem sequer incluíam Marx nas suas referências bibliográficas^[vi]. Esse levantamento é importante porque revela em alguma medida o quanto o ambiente universitário brasileiro das humanidades é plural, composto tanto por pessoas contrárias ao ideário liberal-capitalista, como também por pessoas simpáticas a ele.

Há aqui uma ressalva a ser feita, embora óbvia, importante: nem todos indivíduos, sejam intelectuais, pesquisadores das ciências humanas ou não, que têm críticas ao liberalismo são necessariamente iliberais ou anticapitalistas. Há os que adotam posições reformistas, cujas discordâncias são pontuais, não chegando a defender a superação do modelo capitalista. Nesse sentido, é ingenuidade pensar que toda e qualquer pessoa ou grupo que eventualmente se oponha ao liberalismo tenha inspiração marxista. Marxistas mais radicais postulam a superação total do capitalismo, a transformação radical da sociedade por meio da revolução. Ora, nesse sentido, convenhamos que o cenário atual, não só do Brasil, como do mundo, nem de longe permite corroborarmos a tese de França de que as ideias marxistas são largamente incorporadas pelo público em geral. Se realmente fosse este o caso, provavelmente já seria possível visualizar a ebulação de uma revolução socialista. Nas atuais circunstâncias geopolíticas internacionais, alguma argumentação lúcida seria mesmo capaz de sustentar tal crença?

Por fim, é inegável a importância do pensamento de Marx, suas contribuições teóricas extrapolam e muito o campo filosófico, ressoando também na história, na economia, na ciência política, na antropologia, na sociologia etc. Toda essa gama de saberes estaria simplesmente sendo doutrinada por um conspiracionista há mais de um século e meio? Tal argumento não se sustenta e aceitá-lo seria subestimar por demais a inteligência e a capacidade de discernimento de muitas gerações de pesquisadores e de estudiosos.

Decifrando as “soluções”

Por tudo isso, entendemos que as posições de França são marcadas por generalizações e simplificações excessivas, que não apenas não permitem o dimensionamento real da querela existente entre ciências humanas e sociedade (especificamente a sociedade liberal-capitalista), mas a distorce ideologicamente.

Claro, assim como afirmamos, não é nossa intenção negar que nos tempos atuais, estando diante de uma sociedade altamente informatizada e pragmática, as humanidades estejam passando por certo desgaste e que a sensação de sua obsolescência não seja real. Entender tal fenômeno exige esforços teóricos-analíticos que, seriamente levados a cabo, sabemos, fogem do escopo de um artigo jornalístico, no entanto, não é razoável levar em conta um diagnóstico sustentado em bases tão frágeis, como o texto de França apresenta e menos ainda é possível crer na promessa de seu título de fornecer soluções para o problema.

Conforme também já mencionamos, para recuperar o prestígio e superar a crise entre Universidade e sociedade, o autor elege como estratégia a renovação do “portfólio de ideias e serviços” oferecidos pela comunidade acadêmica ligada à área de ciências humanas. Não é preciso dizer o quanto isso é extremamente vago. Todavia, vamos aqui tentar decifrar as insinuações do nosso autor. Arrisquemo-nos.

A expressão “a roda girou” sugere algo como uma celebração da chegada de um novo governo ao poder.

Já nesta outra frase, as aspas indicam uma crítica irônica aos que se opõem ao governo: “É certo que podemos ‘resistir’, podemos acusar os ‘tempos sombrios’ e podemos mesmo sonhar o sonho de que lutamos contra uma ditadura renovada.”

Fica nítida a posição pró-governo do autor, ou ao menos uma disposição em alinhar-se de forma completamente favorável à atual administração política do país.

Segundo ponto: o atual governo tem, como sabemos por meio de suas posições e políticas públicas, duas características fundamentais: 1) neoliberal na economia (basta vermos os projetos de Paulo Guedes e sua equipe) e 2) conservador ou até

a terra é redonda

mesmo reacionário nos costumes, (para isso, basta olharmos para figuras como Damares Alves, os ex-ministros da Educação e as manifestações do próprio Presidente, além de sem número de exemplos que ainda poderiam ser citados).

Alguém teria a insensatez de negar essas duas características centrais do governo atual? Improvável. Ora, observando o vocabulário do nosso autor, não fica claro seu alinhamento junto a essas características? Bastante verossímil.

Enfim, não encontramos nas conclusões do autor propostas claras e concretas para a resolução do impasse entre Universidade (humanidades) e sociedade, e desse modo, quem lê a publicação de França na expectativa de vislumbrar dias melhores para as ciências humanas e para a sociedade, tem de acertar as contas com uma dupla frustração: política e intelectual.

***Rafael Lopes Batista** é professor de filosofia na rede estadual de educação de Mato Grosso do Sul.

***Weiny César Freitas Pinto** é professor de filosofia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Notas

[i]

C f.

<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/por-que-as-ciencias-humanas-perderam-prestigio-na-sociedade-liberal/>

[ii]O texto de Jean França serviu-nos como ponto de partida para execução de uma tarefa à qual não negamos a urgência e importância, qual seja: defender e promover o valor existencial, social e epistemológico das humanidades. A publicação de França apresenta, de forma mais ou menos sistematizada, parte das crenças que fundamentam a opinião dos detratores das ciências humanas, e num veículo de comunicação de médio porte, fato que aumenta consideravelmente a quantidade de pessoas alcançadas. Em linhas gerais, essa foi a motivação para redigirmos o presente texto, cujo conteúdo contou com a contribuição das sugestões de Igor Matela, a quem agradecemos.

[iii] Segue aqui uma pequena referência, que pode servir como meio de introdução ao tema:
<https://diplomatique.org.br/prezar-a-liberdade-defender-a-escravidao>.

[iv]Relatório de pesquisa sobre a situação, no Brasil, das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA). A pesquisa foi realizada pelo CGEE (Centro de gestão e estudos estratégicos), a pedido do MCTI (Ministério da ciência, tecnologia e inovação). O relatório acaba de ser publicado em formato de livro e pode ser encontrado aqui:
<https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE-2020-CHSSALLA.pdf>

[v]MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2015.

[vi]

Disponível

e m :

<http://www.anpof.org/portal/index.php/pt-BR/artigos-em-detalhe/2132-levantamento-feito-pela-anpof-indica-baixa-presenca-de-ensino-de-marx-nas-pos-graduacoes-em-filosofia-no-brasil>. Acesso em 12 de agosto de 2020.